

Revista da

FACED

Universidade Federal da Bahia



7

ISSN 1516-2907

Caminhos e Descaminhos na Formação Profissional dos Graduados em Nível Superior na Bahia

RESUMO: Este artigo apresenta os resultados de um estudo sobre a criação dos cursos da educação superior na Bahia, na década de 90, segundo uma tipologia de cursos que considera os períodos em que tais cursos surgiram na evolução do sistema da educação superior do Brasil, fazendo correspondência com os cenários políticos e socioeconômicos que emergiram nesta trajetória e considerando as tendências de concentração ou dispersão dos cursos que formam os estudantes para as diferentes carreiras ou áreas de trabalho. Os dados demonstraram intensidade na oferta em determinadas áreas e diminuta presença de formação para outras áreas essenciais para a sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: educação superior; expansão da oferta; tipologia de cursos; formação profissional.

Maria Couto Cunha

Doutora em Educação
Professora Adjunta da Faculdade de
Educação da UFBA
mariacunha@zaz.com.br

Uma Introdução ao Tema

O sistema de educação superior brasileiro vem experimentando, especialmente, nas últimas décadas, grandes transformações, ressaltando os processos de crescimento, de expansão da rede privada e de diversificação das suas instituições e cursos. No que concerne ao crescimento e à diversificação dos cursos as análises demonstram a concentração do atendimento em determinadas áreas, deixando a descoberto outras áreas essenciais para o desenvolvimento do país. Verifica-se, nos últimos tempos, a concentração do alunado nos cursos de ciências sociais e humanas, incluindo um grande número de habilitações profissionais diferentes. Serpa, utilizando dados de 1994 e a classificação dos cursos por áreas de conhecimento do CNPq, observa a expansão dos cursos e matrículas em Ciências Sociais Aplicadas, com 41,2%, seguindo, em ordem decrescente, as áreas de Ciências Humanas (16,2%), Ciências da Saúde (12,2%), Ciências Exatas e da Terra (9,9%), Engenharia e Tecnologia (9,3%), Linguística, Letras e Artes (6,9), Ciências Agrárias (2,7%) e Ciências Biológicas (1,5%), alertando para a inadequação desses números, quando se detecta

2,7% de matrículas em Ciências Agrárias, segundo ele, índice irrisório, para um país de dimensões continentais (SERPA, 1999, p. 20). Michael Crwaford e Lauritz Holm-Nielsen, estudando a educação superior brasileira, também verificaram estas tendências, utilizando dados de 1997. (CRAWFORD e NIELSEN, 1998).

Os dados sobre matrículas do país neste nível de educação, coletados no Censo de 2000 e divulgados pelo MEC/INEP, mostram este mesmo perfil da oferta.

Tabela 01 - Matrículas da educação superior no Brasil, por áreas gerais de conhecimento * 2000

Áreas gerais de conhecimento	Matrículas nos cursos	Percentuais
Educação	584.664	21,7
Humanidades e Artes	88.559	3,3
Ciências Sociais, Negócios e Direito	1.122.142	41,6
Ciências, Matemática e Computação	233.726	8,7
Engenharia, Produção e Construção	234.497	8,7
Agricultura e Veterinária	63.260	2,3
Saúde e Bem-Estar Social	323.196	12,0
Serviços	44.201	1,6

Fonte: MEC/INEP/DAES

* Conforme a Classificação Internacional Padronizada de Cursos, elaborada pelo convênio EURASTAT/UNESCO/OCDE.

As informações desta mesma natureza, referentes ao Estado da Bahia, confirmam a tendência nacional, destacando a representação da área de Educação, devido aos cursos de licenciaturas do setor público.

Tabela 02 - Matrículas da educação superior no Estado da Bahia, por áreas gerais de conhecimento *. 2000

Áreas gerais de conhecimento	Matrículas nos curso	Percentuais
Educação	30.676	33,8
Humanidades e Artes	2.536	2,8
Ciências Sociais, Negócios e Direito	33.483	36,8
Ciências, Matemática e Computação	5.157	5,7
Engenharia, Produção e Construção	5.659	6,2
Agricultura e Veterinária	2.516	2,8
Saúde e Bem-Estar Social	9.013	9,9

Áreas gerais de conhecimento	Matrículas nos curso	Percentuais
Serviços	1.871	2,0

Fonte: Levantamento de campo (elaboração da autora)

* Conforme a Classificação Internacional Padronizada de Cursos, elaborada pelo convênio EURASTAT/UNESCO/OCDE.

Esta concentração dos cursos e matrículas em determinadas áreas do conhecimento, em detrimento de outras, é fruto das mudanças que vêm ocorrendo, no tempo, nessa oferta devido às transformações socioeconômicas e do crescimento do setor privado. Conforme Helena Sampaio, o desenvolvimento da educação superior brasileira é acompanhado do surgimento de novas carreiras. Para esta análise, a autora recorre a um estudo feito por Simon Schwartzman, em 1990, onde ele distingue as características que levaram a ser criados os cursos existentes em diferentes momentos no tempo, classificando-os em três setores: o tradicional, o moderno e o recente. Para Sampaio, é nas áreas sociais e em novas áreas profissionalizantes que se verificou a expansão do setor privado. Típicos do início dos anos 70, são os cursos de Psicologia, Ciências Contábeis e Administração. Estes cursos absorveram, em 1988, quase seiscentos mil estudantes nas regiões sudeste e sul do país. Concluindo seu estudo, Sampaio afirma, dentre outras coisas, que a nova leva de cursos (os 'recentes'), a partir da segunda metade da década de 70, diz respeito a carreiras fortemente profissionalizantes do tipo 'vocacional' em áreas como Engenharia Florestal, Comunicação Visual, Turismo, Processamento de Dados e Ciência da Computação (SAMPAIO, 1991, p. 23).

Nesta mesma direção, Simon Schwartzman, em trabalho publicado em 1994, onde discute as perspectivas da educação superior no Brasil, para esta década, destaca os principais papéis que este sistema desempenha na medida em que oferece formações diferentes, dirigidas a vários públicos. Com isso, ele identifica e analisa conjuntos de cursos, conforme esses papéis, que guardam uma relação com as épocas em que eles emergem, de acordo com as necessidades sociais. Para este autor, os papéis que este sistema desempenha nas sociedades contemporâneas são os de formação para as profissões liberais clássicas; de formação das elites, através da qual os filhos das elites brasileiras se preparam para a política e os cargos públicos; de educação geral, através dos cursos de humanidades e ciências sociais, que proliferaram

nas últimas décadas, com a pretensão de oferecer, ao final, uma habilitação; de formação nas “novas profissões”, voltada para novas carreiras, como comunicação e administração, cada qual aspirando a um nicho próprio no mercado de trabalho; de educação “vocacional”, que constitui o grupo de cursos de curta ou média duração, voltados para a qualificação profissional em atividades técnicas aplicadas, como os de contabilidade e enfermagem, que têm seus currículos prolongados para atingir o status universitário; de formação de professores, por intermédio das licenciaturas universitárias; e de formação científica, nos cursos de mestrado e doutorado, em programas de pós-graduação (SCHWARTZMAN, 1994).

Somando-se a essas iniciativas de análise e classificação dos cursos de educação superior e na expectativa de conseguir melhor compreensão dos fenômenos ligados ao crescimento e diversificação da oferta da educação superior na Bahia, bem como do entendimento sobre os fatores que fazem surgir cursos com novas tipologias é que a autora deste artigo incluiu na sua tese de doutorado¹ um estudo sobre o processo de evolução histórica dessa oferta no Brasil, comparando este processo com o vivenciado na Bahia. Com isto, identificou períodos nessa trajetória, cujos aspectos sociais, políticos e econômicos podem justificar o surgimento de cursos com diferentes perfis de formação para atender às necessidades sociais emergentes em cada um desses períodos. Este esforço de compreensão levou-a, por conseguinte, a elaborar uma classificação dos cursos existentes no sistema de ensino que reflete essa evolução histórica. Desta forma, esta classificação serviu de suporte metodológico para a sistematização e análise dos dados coletados sobre este aspecto na sua pesquisa, cuja síntese se apresenta neste texto. Este artigo, portanto, objetiva apresentar os resultados de um estudo sobre a dinâmica da criação dos cursos e expansão das matrículas do sistema de educação superior na Bahia, na década de 90, sob a ótica de uma tipologia de cursos que considera os períodos em que tais cursos surgiram na evolução do sistema da educação superior do Brasil, de forma correspondente às características dos cenários políticos e socioeconômicos que emergiam nesta trajetória, considerando as tendências de concentração ou dispersão dos cursos na formação para as diferentes carreiras ou áreas de trabalho.

(1) A tese estudou a dinâmica e os fatores condicionantes da criação de novos cursos nesse nível de educação no Estado

Os Períodos Históricos da Evolução da Educação Superior no Brasil e a Classificação de Cursos Elaborada

A instalação dos primeiros cursos superiores no Brasil se dá com a chegada da Família Real portuguesa no seu território, em 1808, atendendo às necessidades da Coroa para a formação dos seus dirigentes. Até os anos 30 do século XX, os cursos superiores no Brasil se caracterizaram, quase que exclusivamente, pela ênfase na formação dos estudantes para as profissões liberais de modo a atender às necessidades das elites dirigentes, configurando-se, deste modo, um primeiro período nesta trajetória evolutiva. No final deste período, começa a desenvolver a idéia da criação de uma universidade no país, na tentativa de dar novas funções ao ensino superior (SAMPAIO, 1991). Deste modo, a educação superior vai adquirir cunho universitário com o governo provisório de Getúlio Vargas, iniciado em 1930. Também inicia-se um período em que o país se insere em uma nova dinâmica, adotando um novo modelo de desenvolvimento inspirado nos investimentos na área industrial. Logo depois de estabelecido o Estatuto das Universidades Brasileiras são criadas as primeiras universidades no sudeste do Brasil, procurando associar o ensino à pesquisa, embora prestigiando a função de formação das profissionais liberais (SAMPAIO, 1991). Posteriormente, vão sendo criadas outras universidades nas diversas regiões do país. Este período de 1930 a meados dos anos 60 se configura como um segundo período da educação superior brasileira, marcado pelo crescimento e pressão da demanda por cursos superiores, como produtos do processo de desenvolvimento urbano-industrial experimentado no sul e sudeste do país e pela ampliação e diversificação da tipologia dos cursos, em decorrência das novas necessidades econômicas e sociais do contexto brasileiro.

Na segunda metade dos anos 60, inicia-se um terceiro período dessa evolução. Neste momento, o sistema de educação superior brasileiro se caracteriza pela reforma, promovida pelo governo militar, que procura imprimir um modelo único de universidade no Brasil, que associasse o ensino à pesquisa. Mesmo sendo um período de repressão política, os anos que se seguiram a essa reforma se caracterizaram como de expansão do sistema, para atender à explosiva demanda, expansão que se operava em

dois sentidos: pela ampliação do setor público federal e pelo crescimento do setor privado. No entanto, essa expansão não vai acarretar o surgimento de outros tipos de cursos diferentes dos já existentes no período anterior.

O final dos anos 80 inicia no Brasil uma crise que se estabelece no setor público, principalmente pelas dificuldades de financiamento das instituições federais. A educação superior brasileira sofre os impactos dessa crise, principalmente a partir dos reflexos no sistema educacional das mudanças no mercado de trabalho. Com efeito, as transformações da economia, motivadas pelo capitalismo globalizado, conferem novos matizes ao mundo do trabalho, redirecionando os critérios de empregabilidade e requerendo mudanças na formação profissional, para atender às novas características da economia. Assim, a inovação tecnológica e as mudanças da gestão do trabalho conduzem à necessidade de perfis diferenciados de profissionais e levando ao surgimento de uma nova tipologia de cursos. Os cursos que formavam os bacharéis para as carreiras liberais ou para profissões com especializações restritas e que preparavam para um desempenho profissional na perspectiva de toda a vida ativa, vão cedendo lugar a projetos novos de cursos que compatibilizam vários campos do conhecimento e de múltiplas práticas. Ao lado disso, verifica-se a direção desses novos cursos para o setor Serviços da economia, numa aproximação da situação brasileira às tendências das sociedades contemporâneas pós-industriais. Identifica-se, então, um quarto período nessa evolução histórica, caracterizado pelo surgimento de cursos novos voltados às novas necessidades sociais que o momento contemporâneo começa a impor aos sistemas educacionais. A análise dessa trajetória da educação superior brasileira, permitiu então elaborar a seguinte classificação de cursos, de acordo com os períodos acima identificados.

- A. A primeira categoria de cursos corresponde a dos implantados no primeiro período, demarcado entre a criação do primeiro curso de ensino superior no Brasil, Medicina, na Bahia, em 1808, até o fim da Primeira República, 1930, quando eram oferecidos cursos para as carreiras tradicionais, com perfis de egressos bem definidos para o desempenho das profissões liberais. Estes cursos eram oferecidos em escolas profissionais, antes da configuração das primeiras

universidades brasileiras. Fazem parte desta categoria, cursos como os de Medicina, Direito e Engenharia.

- B. A segunda categoria de cursos corresponde a dos que foram criados entre o início do Governo Provisório de Getúlio Vargas, em 1930, até meados dos anos 80. Refere-se a dois períodos históricos delineados acima, uma vez que neles o elenco de cursos se mantém. O conjunto desses dois períodos se caracteriza, num primeiro momento, pela aglutinação das escolas profissionais ou faculdades existentes nas primeiras universidades e, num momento posterior, pelo surgimento das instituições federais em todas as regiões do país, ao lado do aparecimento de instituições públicas estaduais e particulares. Este é um período rico de aparecimento de uma nova tipologia de cursos voltados para carreiras, também bem definidas, para atender às modificações da economia brasileira, que começara com a sua fase de industrialização, estendendo este período até a abertura da economia brasileira para a globalização. Pela diversidade de tipos de cursos, dentro desta segunda categoria optou-se, nesta classificação, por separá-los em seis subcategorias, conforme os perfis de egressos das carreiras que pretendem formar.

Subcategoria B1. Cursos que formam profissionais para os setores primário e secundário da economia e de apoio técnico a esses setores produtivos. São típicos deste grupo os cursos de Engenharia Elétrica, Geologia, Análise Química Industrial.

Subcategoria B2. Cursos que formam profissionais para os serviços especializados e de apoio técnico-administrativo e comercial aos outros setores da economia. Fazem parte deste grupo os cursos de Administração, Secretariado, Economia, Ciências Contábeis.

Subcategoria B3. Cursos que preparam profissionais para atuarem na área social, nos serviços especializados do setor Saúde. São cursos desta natureza, Enfermagem e Obstetrícia, Fonoaudiologia, Fisioterapia, Terapia Ocupacional.

Subcategoria B4. Cursos de formação em Ciências, Filosofia e Letras, criados, também, no período de consolidação e expansão das universidades brasileiras, que formam bacharéis nas diversas áreas científicas. Estes cursos contam

- com um perfil de egresso bem delimitado, destinando-se ao aprofundamento dos estudos em um determinado campo do saber, cujo graduado pode se adequar a várias funções como pesquisa, assessoramento, consultoria e planejamento, tanto no setor público, como no privado. Para melhor análise, estes cursos foram divididos conforme a natureza das ciências em dois subgrupos:
- B4.1. Nas áreas das Ciências Naturais e Exatas, como os cursos de Bacharelado em Ciências Biológicas, em Ciências Físicas, em Ciência da Computação.
 - B4.2. Nas Ciências Humanas, Filosofia e Letras, como o de Bacharelado em Ciências Sociais, em Geografia, em História, em Filosofia, em Psicologia.
- Subcategoria B5. Cursos voltados para as Artes e a Cultura, criados, também, no período de consolidação e expansão das universidades brasileiras, mais especificamente na segunda metade do século XX, voltados ao aprofundamento artístico e cultural dos estudantes. Não tendem a diversificar e se destacam pela pouca atratividade econômica. São desta categoria cursos como os de Artes Plásticas, Dança, Decoração.
- Subcategoria B6. Cursos que formam profissionais para o setor social, na área da educação, voltados para graduar os licenciados para o ensino, principalmente para a Educação Básica, nas diversas áreas do conhecimento e humanidades. Nos seus currículos, são mesclados conteúdos das ciências, das letras, das artes e disciplinas de compreensão do fenômeno educativo, como Psicologia da Educação, Sociologia da Educação, Filosofia da Educação e de técnicas pedagógicas. Como no caso dos bacharéis, esta subcategoria foi subdividida em dois grupos de cursos, conforme a natureza das ciências.
- B6.1. Nas Ciências Naturais e Exatas, como Licenciatura em Ciências, em Ciências Biológicas, em Química, em Física, em Matemática.
 - B6.2. Nas Ciências Humanas, Filosofia, Letras e Artes, como Licenciatura em Geografia, em Educação Física, em Letras, em Dança, em Educação Artística.
- C. A terceira categoria de cursos refere-se àqueles voltados para áreas profissionais que surgem, em grande parte, li-

gados à área de Serviços e que emergem no final da década de 80, com a abertura da economia brasileira à globalização, muitos deles com perfis de egressos ainda pouco definidos. Nos seus currículos, são feitas mesclagens de conteúdos de várias áreas científicas e tecnológicas, no entanto, não chegando ao aprofundamento característico dos cursos da subcategoria B4. São próprios desta terceira categoria, cursos como os de Marketing, Relações Internacionais, ou os que especializam em habilitações, como o de Comunicação, com ênfase em Publicidade.

Segue-se a análise dos dados referentes à educação superior no Estado da Bahia, situando-se historicamente o estudo na década de 1990. Foi pesquisada a evolução do número de cursos e de matrículas, de acordo com a classificação proposta, de forma a verificar a distribuição dos perfis profissionais mais frequentes ou não neste movimento.

A Distribuição da Oferta de Acordo com os Tipos de Carreiras ou Áreas de Formação.

Existiam, em 1991, 179 cursos superiores na Bahia. Durante a década de 90 foram criados mais 269. Vê-se, portanto que a dinâmica da criação de cursos foi intensa, principalmente a partir do ano de 1997, ano que começa a se processar a reforma educacional do Governo FHC. O número dos cursos dirigidos à formação de profissionais liberais, característicos da primeira etapa da evolução do sistema de educação superior brasileiro, dobra nos dez anos. As iniciativas partiram das universidades estaduais, que criaram cursos de Agronomia, Direito, Farmácia, no interior do Estado, e Arquitetura, na capital; das universidades particulares, com os cursos de Direito, Arquitetura e Engenharia Civil; e de faculdades particulares, com um curso de Odontologia e três cursos de Direito. Verifica-se que esta categoria de cursos persiste como opção na abertura de novos cursos, dado o seu poder de atratividade, inclusive, sendo oferecida por instituições não universitárias.

Tabela 03 – Demonstrativo da abertura de novos cursos de educação superior no Estado da Bahia, por tipo de carreira ou áreas de formação. 1991 – 2000 (1).

Tipos de carreira ou áreas de formação	Criados até 91	Criados de 1992 a 2000								
		92	93	94	95	96	97	98	99	00
Profissões Liberais	16	1	-	-	1	1	2	2	6	3
Prof. setor primário e secundário	17	1	-	-	-	-	-	3	2	-
Administração, economia, comércio	25	1	1	-	-	-	1	10	8	10
Profissões para o setor Saúde	9	-	1	2	-	-	-	-	5	-
Bach. em C. Naturais ou Exatas	7	-	-	-	-	-	-	1	5	-
Bach. em C Hum., Letras e Filosofia	1	-	-	-	-	-	-	-	3	1
Profissões para as Artes e a Cultura	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lic. nas C. Naturais ou Exatas	16	-	-	-	1	-	3	1	12	2
Lic. nas C. Hum. ou Humanidades	62	7	-	-	1	1	5	6	45	21
Grad. para serviços em novas áreas	8	-	-	-	2	-	2	17	27	46
Total	179	10	22	5	2	13	40	113		82

Fontes: MEC/INEP e Levantamento de Campo (elaboração da autora)

(1) Considerando o universo de cursos que existiram na década, inclusive os 12 desativados no período

O número de cursos que preparam profissionais para atuarem nos setores primário e secundário da economia, que surgiram no Brasil a partir do processo de industrialização, no início da década de 30, não cresceram, significativamente, nos anos 90, neste contexto. A Tabela 03 demonstra que, de 17 existentes em 1991, foram implementados mais cinco deles, nas áreas das engenharias e tecnologias de manutenção e processamento industrial. Pelo pequeno número de cursos criados, observa-se o baixo investimento do sistema educacional na formação de profissionais para dar cobertura a esta área de trabalho.

O número cursos de preparação profissional para o setor terciário, que surgiram no Brasil, incentivados pelo desenvolvi-

mento industrial, iniciado nos anos 30 no País e, na Bahia, a partir dos anos 50, cresce na década, principalmente, a partir de 1997. Foram implantados, neste período, 30 cursos desta natureza, mais do que dobrando o número de cursos existentes. Eles fazem parte do elenco de cursos criados pelas instituições não universitárias que foram sendo credenciadas pelo MEC, a partir de 1998, e cobrem, basicamente, as áreas das Ciências Econômicas, Administração Geral e Ciências Contábeis. Eles, também, contribuíram, consideravelmente, para a ampliação das matrículas na área das Ciências Sociais Aplicadas.

Mesmo que a implantação dos cursos do setor Saúde seja considerada difícil pelos requisitos exigidos para a aprovação dos projetos e pelos altos custos de implementação, registra-se, na Bahia, um acréscimo importante, pois o número de cursos existentes em 2000 significa o dobro do número dos existentes em 1991. Isto se deve às iniciativas das universidades estaduais, que implementaram projetos nas áreas de Enfermagem, Fonoaudiologia e Fisioterapia e das faculdades particulares que criaram cursos de Terapia e Fisioterapia. Cumpre observar que o crescimento do número de cursos desta categoria vai ao encontro da importância que vem sendo atribuída aos serviços vinculados à área médica ou de cuidados com a saúde, como demonstração de uma característica marcante das sociedades contemporâneas, conforme assinalam alguns autores. Estes dados também ratificam as considerações de estudos feitos sobre o dinamismo do setor Serviços na Bahia, nos últimos anos, onde é indicada a área de Saúde como um dos segmentos que cresceram de forma acelerada, constituindo-se em um dos mais promissores para o futuro (ALMEIDA, 2000). Por seu turno, os cursos de bacharelado nas Ciências não demonstraram crescimento acentuado. Apenas as universidades estaduais criaram cursos desta natureza.

Não foi constatada a abertura de cursos para as Artes, na série de anos, embora dois cursos existentes em 1991 tenham sido criados nesse primeiro ano. Por outro lado, a dinâmica de crescimento do número de cursos voltados para as licenciaturas mostra intensidade a partir da segunda metade do decênio, especialmente, para as Ciências Humanas, que mais do que dobrou a sua oferta, no período. Mas é nas novas áreas de trabalho que os cursos explodem. Existindo apenas oito deles em 1991, o Estado conclui a década com 102 cursos desta categoria, revelando, assim, mudanças

substantivas na composição do elenco de cursos do sistema no final do século. Calculando a distribuição proporcional do número de cursos, segundo estas categorias, no início e no fim da década, visualiza-se nos dois extremos da série histórica a mudança de configuração da oferta do sistema sob este prisma.

Tabela 04 – Distribuição do número de cursos da educação superior do Estado da Bahia, por tipo de carreira ou áreas de formação. 1991 e 2000

Tipo de carreira ou área de formação	1991		2000	
	N	%	N	%
Profissões Liberais	16	8,9	31	7,1
Profissões para os setores primário e secundário	17	9,5	22	5,0
Administração, economia e comércio	25	14,0	55	12,6
Profissões para o setor Saúde	9	5,0	17	3,9
Bacharelado em Ciências Naturais e Exatas	7	3,9	13	3,0
Bacharelado em C. Humanas, Filosofia e Letras	11	6,1	14	3,2
Profissões para as Artes e a Cultura	8	4,5	8	1,8
Licenciatura nas Ciências Naturais ou Exatas	16	8,9	33	7,6
Licenciados nas C. Humanas ou Humanidades	62	34,6	141	32,3
Graduados para serviços nas novas áreas	8	4,5	102	23,4
Total	179	100,0	436	100,0

Fontes: MEC/INEP e Levantamento de campo (elaboração da autora)

A participação desses cursos significava 4,5% do total em 1991. Após dez anos, eles correspondem a 23,4% da oferta. Conseqüentemente, todas as outras categorias decrescem, em percentuais, até os que se dirigem à formação de profissionais para os serviços na área de administração, economia e comércio e de formação de licenciados para as Ciências Humanas, típicos do segundo e terceiro períodos da evolução do sistema, que se apresentam com grandes quantitativos e com tendências de crescer, acentuadamente. Como já foi abordado, este tipo de curso voltado para os serviços em novas áreas emerge nas últimas décadas. Neste aspecto, na Bahia, têm sido criados cursos como os de informática, do turismo, comunicação e administração com múltiplas habilitações. A distribuição proporcional das matrículas, conforme esta classificação, demonstra os mesmos movimentos evidenciados na distribuição do número de cursos. Em quatro pontos da série de anos, a categoria de cursos voltados para as novas áreas tende a crescer de representatividade, acentuando-se no final da década.

Tabela 05 – Distribuição percentual das matrículas da educação superior do Estado da Bahia, por tipo de carreira ou área de formação, em quatro pontos da década de 1990.

Tipo de carreira ou área de formação	1991	1995	1998	2000
Profissões Liberais	23,1	18,4	17,7	15,7
Profissões para os setores primário e secundário	5,7	5,7	4,6	3,4
Administração, economia e comércio	26,0	23,7	22,9	20,5
Profissões para o setor Saúde	5,7	6,2	6,0	5,7
Bacharelado em Ciências Naturais ou Exatas	2,1	2,0	1,9	2,4
Bacharelado em C. Humanas, Filosofia e Letras	2,9	2,7	2,4	2,1
Profissões para as Artes e a Cultura	1,2	1,6	1,5	1,2
Licenciados nas Ciências Naturais ou Exatas	5,7	6,3	6,3	5,8
Licenciados nas C. Humanas ou Humanidades	24,9	28,5	28,1	27,9
Graduados para serviços nas novas áreas	2,6	4,9	8,5	15,2
Total (em números absolutos)	46.265	55.764	64.506	90.871

Fontes: MEC/INEP e Levantamento de Campo (elaboração da autora)

Os percentuais de matrículas de acordo com esta tipologia de cursos, agrupadas por natureza das instituições, nos dois extremos da série histórica, indicam que as universidades contam com as maiores proporções da oferta em todas as categorias de cursos, embora vem modificando esta situação no final da década. Verifica-se que as instituições não universitárias têm estendido sua oferta de cursos para carreiras antes exclusivas das instituições universitárias. Chama a atenção o crescimento das matrículas das faculdades e institutos superiores em cursos para as profissões ligadas à administração, economia e comércio, para o setor Saúde e para os serviços nas novas áreas de trabalho. Deve-se ressaltar que também as universidades têm implementado cursos que preparam para estas novas áreas. As estaduais implementaram cursos como os de Engenharia da Pesca, Engenharia de Alimentos, Tecnologia de Alimentos e uma universidade particular criou cursos como os de Turismo, com ênfase em Gestão Turística, Administração Hoteleira e outros desta natureza neste período.

Tabela 06 - Distribuição das matrículas da educação superior do Estado da Bahia, por tipo de carreiras e áreas de formação e natureza das instituições. 1991 e 2000

Tipo de carreira ou área de formação	1991			2000		
	Univ.	N. U.	Total	Univ.	N.U.	Total
Profissões Liberais	87,5	10,5	10.705	88,1	11,9	14.275
Profissões para os setores primário e secundário	62,4	37,6	2.622	71,3	28,7	3.117
Administração, economia e comércio	76,3	23,7	12.031	64,9	35,1	18.589
Profissões para o setor Saúde	100,0	0,0	2.654	77,5	22,5	5.207
Bacharelado em Ciências Naturais ou Exatas	80,0	20,0	966	69,1	30,9	2.219
Bacharelado em C. Humanas, Filosofia ou Letras	100,0	0,0	1.355	84,6	15,4	1.919
Profissões para as Artes e a Cultura	100,0	0,0	562	100,0	0,0	1.100
Licenciatura nas Ciências Naturais ou Exatas	100,0	0,0	2.635	100,0	0,0	5.234
Licenciatura nas C. Humanas ou Humanidades	93,5	6,5	11.513	93,7	6,3	25.349
Graduados para serviços nas novas áreas	72,7	27,3	1.222	40,7	59,3	13.842
Total	86,5	13,5	46.265	76,8	23,2	90.871

Fontes: MEC/INEP e Levantamento de Campo (elaboração da autora)

A relativa diminuição da participação das universidades na formação de bacharéis se deu por conta do surgimento, nas instituições não universitárias, de cursos de bacharéis em Ciências da Computação. Analisando as matrículas por esta tipologia de cursos e dependência administrativa das instituições, verifica-se a concentração da oferta na rede federal dos cursos para o setor secundário e primário da economia, para a formação de bacha-

reís, mesmo que diminuindo de proporção no período, e para as profissões ligadas às Artes.

Tabela 07 – Distribuição das matrículas da educação superior do Estado da Bahia, por tipo de carreira ou áreas de formação e por dependência administrativa das instituições. 1991 e 2000

Tipologia de formação	1991			2000				
	Fed	Est	Part	Total	Fed	Est	Part	Total
Profissões Liberais	49,9	14,3	35,8	10.705	40,8	20,8	38,4	14.275
Profissões p/ os setores primários e secundários	86,2	8,0	5,8	2.622	72,1	13,5	14,4	3.117
Administração, economia e comércio	18,7	19,0	62,3	12.031	14,8	21,8	63,4	18.589
Profissões especializadas para o setor Saúde	26,9	24,3	48,8	2.654	17,2	24,7	58,1	5.207
Bacharelado em Ciências Naturais ou Exatas	80,0	0,0	20,0	966	53,5	15,6	30,9	2.219
Bacharelado em C. Hum., Filosofia ou Letras	69,9	0,0	30,1	1.355	56,7	0,0	43,3	1.919
Profissões para as Artes e Cultura	100,0	0,0	0,0	562	100,0	0,0	0,0	1.100
Licenciatura nas Ciências Naturais ou Exatas	21,1	52,1	26,8	2.635	17,3	64,8	17,9	5.234
Licenciados nas C. Humanas ou Humanidades	16,8	48,5	34,8	11.513	11,9	69,2	18,9	25.349
Graduados para serviços nas novas áreas	36,9	9,7	53,4	1.222	4,1	7,2	88,7	13.842
Total	34,1	25,4	40,5	46.265	21,6	34,1	44,3	90.871

Fontes: MEC/INEP e Levantamento de Campo (elaboração da autora)

As instituições estaduais se concentram nas matrículas dos cursos de formação de licenciados para a Educação Básica. A rede privada concentra suas matrículas nas áreas de economia, administração, ciências contábeis, saúde e nas novas áreas de trabalho.

Algumas Inferências que podem ser feitas a Partir das Informações Apresentadas

Destas análises em torno do processo da criação de novos cursos superiores na década de 90, na Bahia, considerando os

conteúdos da formação, algumas observações podem ser levantadas. Ressalta-se o crescimento acelerado do número deles voltados para a Educação, especialmente na área de formação de professores para o ensino da Educação Básica e voltados para os Serviços, concentrando-se estes nos campos da economia, da administração, do comércio, dos negócios, como também em novas áreas de trabalho. Os dados analisados, segundo esta classificação, revelaram, assim, o relativo atrofamento da oferta de oportunidades educacionais de nível superior em áreas fundamentais do desenvolvimento social. Os cursos dirigidos para alguns setores produtivos, como no caso da indústria, da construção civil, da produção mineral, da agricultura e pecuária crescem em ritmo bastante modesto em relação ao dos que se destacaram nessa dinâmica. Esta situação reflete os princípios de uma política social e econômica empreendida no Brasil, que tem diminuído, nos últimos tempos, os incentivos para as áreas produtivas, em consonância com os paradigmas do capitalismo globalizado, com extremado grau de competitividade entre as nações, que penaliza os setores produtivos daquelas nações menos situadas no contexto mundial de acordo com suas reservas financeiras e com os padrões tecnológicos internacionais. Os dados mostram que cresce muito pouco, também, na Bahia, o número dos cursos voltados para o desenvolvimento acadêmico dos alunos (os bacharelados), que contribuem para a produção científica nas diversas áreas do conhecimento.

Este cenário decorre do apelo que o sistema de educação superior vem sendo submetido nos últimos tempos, no sentido de promover sua maior inserção na economia, o que tem causado reducionismos na sua missão e desenvolver a pesquisa básica, questão que é tratada por Boaventura Santos, quando analisa a crise de hegemonia das universidades europeias, a partir da segunda metade do século passado (SANTOS, 1999) Os efeitos da retração dessa missão das universidades, por certo, têm incidido tanto na formação das novas gerações, em termos de produção e utilização de novos conhecimentos, como na economia do país, na medida em que limita as possibilidades de avanços de competitividade.

De outra parte, o congelamento no número de cursos de formação para as áreas de Artes e Humanidades, indica o declínio de importância, no momento atual das formações sociais contem-

porâneas das dimensões da cultura, da estética, da ética, da política, das subjetividades, sufocadas pela economia do lucro, conforme alerta Guattari sobre as formações contemporâneas (GUATTARI, 1998) e, em alguns aspectos, Alain Touraine, quando critica a modernidade. (TOURAINÉ, 1995). Sob outro aspecto, cabe destacar que o grande número de cursos criados que se destinam à formação de professores se vincula à área das Ciências Humanas, principalmente de Licenciatura em Pedagogia. Foram poucos os cursos criados, na década, para a formação de professores na área das Ciências Exatas e Biológicas, cuja carência de professores titulados constitui um ponto crítico para o sistema de ensino fundamental e médio do Estado. Em síntese, existem áreas de formação em que a ampliação do número de cursos se torna bastante intensa e outras com pouco crescimento ou até estagnação. Esta análise, por conseguinte, autoriza que sejam feitas algumas considerações: a) A política que vem sendo adotada pelo governo federal, de restrição ao financiamento das instituições públicas, limitando suas possibilidades de abertura de novos cursos com as características que os novos contextos requerem e que possam cobrir com maior amplitude as diversas áreas do conhecimento é um forte fator de desequilíbrios entre a oferta de oportunidades *versus* necessidades da sociedade; b) As medidas que vêm sendo adotadas pelo governo, ao criar mecanismos e instrumentos que favorecem a ampliação da rede privada, através do incentivo ao credenciamento de novas instituições e, conseqüentemente, à abertura de novos cursos ao sabor das conveniências de mercado, acaba por proporcionar o aumento exacerbado de determinados tipos de cursos, em detrimento de outros fundamentais para a sociedade; c) Falta à política de expansão do sistema da educação superior no Brasil, diretrizes gerais que orientem, incentivem ou apoiem iniciativas do surgimento de cursos para áreas prioritárias, levando em conta dados sistematizados, de forma regionalizada e, regularmente, atualizados, sobre a realidade da oferta de cursos já existentes e as demandas emergentes, de modo a auxiliar o aparecimento de novas propostas.

A partir destas considerações pode-se concluir que, se a política do sistema não contempla, mesmo que em termos muito gerais, um mínimo de ordenamento no movimento da expansão da oferta de cursos, pode-se configurar, em futuro próximo, um aumento do contingente de desempregados qualificados, dema-

siadamente, em algumas áreas e grandes carências de profissionais em outras. Por outro lado, estas considerações levam a ressaltar a importância estratégica das instituições federais nas políticas públicas, para proporcionar a cobertura da oferta nas áreas em que o setor privado não interessa atender, também levando em conta a necessidade de se atentar para a universalidade do conhecimento no meio acadêmico.

ABSTRACT: This article presents results from a study about the creation of higher education courses in Bahia during the decade of the 90s. The analysis is based on a course typology that considers the time periods in which the courses emerged and their relationship to the evolution of higher education in Brazil and the corresponding political and socioeconomic realities that accompanied the historical trajectory. The typology also considers the degree of concentration or dispersion of the courses that prepared students for different careers or fields of work. The data demonstrate an intensity of offerings in certain areas and a diminished presence of courses in other areas that are essential to society.

KEY WORDS: Higher Education; Expansion of Supply, Course Typology, Professional Preparation

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, P. H. Passado e futuro dos serviços: o caso da RMS. In: BAHIA. SEPLANTEC/SEI. *Bahia Análise e Dados*, Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, v. 10, n. 1, jun/2000.

CRAWFORD Michael; NIELSEN, Lauritz Holm. *Ensino superior brasileiro: características e desafios*. [S.l.: s.n., 1998?].

CUNHA, Maria Couto. *A dinâmica e os fatores condicionantes da criação de cursos de educação superior no Estado da Bahia*. Salvador, M. C. Cunha, 2002. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação da UFBA.

GUATTARI, Félix. *As três ecologias*. 7. ed. Campinas : Papyrus, 1998.

SAMPAIO, Helena. *Evolução do ensino superior brasileiro, 1808-1990*. São Paulo: USP/NUPES, 1991. (Docuênto de Trabalho, 8).

SANTOS, Boaventura Souza. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 6.ed. São Paulo: Corteã, 1999.

SERPA, F. P. Uma política de ensino superior. *Estudos e Debates*, Brasília, CRUB, n. 20, p. 11-35, mar. 1999.

SHWARTZMAN, Simon. O futuro do ensino superior no Brasil. In: PAIVA, Vanilda, WARDE, M. Jorge. *Dilemas do ensino superior na América Latina*. Campinas : Papirus, 1994. p.143-169.

TOURAINÉ, Alain. *A crítica da modernidade*. 3.ed. Petrópolis : Vozes, 1995. 431p.